

EDITORIAL

# Classe emergente

A expansão do mercado consumidor interno sempre esbarrou na elevada concentração de renda. Os primeiros movimentos de alteração dessa tendência têm apresentado resultados positivos na linha da ascensão social das classes assalariadas. Numa seqüência lógica, os efeitos se fazem sentir, de imediato, no incremento das vendas do comércio regular, possibilitando o aquecimento de encomendas à cadeia industrial.

Dois estudos econômicos, produzidos por instituições diferentes, embora perseguindo os mesmos objetivos, apresentam resultados assemelhados. O Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constataram os efeitos positivos das políticas econômica e de transferência de renda entre trabalhadores das seis principais regiões econômicas do País, reduzindo, em parte, a miséria.

Os dados da Fundação Getúlio Vargas, contidos no estudo "A Nova Classe Média", mostram constituir esta camada mais da metade da população do Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Com a elevação parcial da renda, gerando maior poder de compra, os segmentos assalariados foram os mais beneficiados pela estabilidade econômica e pelo aumento do emprego com vínculo empregatício.

A conjuntura econômica possibilitou maiores oportunidades de ascensão social. Desde 2002, a participação da classe média na população economicamente ativa evoluiu de 44,19% para 51,89% nas regiões mais expressivas, do ponto de vista econômico.

A FGV tipifica como classe média o contingente detentor de renda domiciliar mensal entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00. Como a carteira assinada corresponde a seu grande símbolo, o fenômeno da ascensão social está dissociado dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Esse grupo emergente cresceu a partir do próprio trabalho.

A pesquisa do Ipea traz outro enfoque, acentuando os efeitos positivos da redistribuição de renda para os situados abaixo da linha de pobreza. Entre 2003 e até o final de 2008, quatro milhões de pessoas terão saído da pobreza, indicam as conclusões. O Ipea classifica como pobre a pessoa que possua renda igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50).

Como causas para melhoria das condições materiais de vida estão arrolados o crescimento econômico, o aumento do salário mínimo, os programas sociais de transferência de renda e os benefícios à agricultura familiar. O levantamento mostrou ainda redução do número de indigentes. Em 2002, eram 5,6 milhões de pessoas. Em 2008, esse contingente cairá para 3,1 milhões.

No Ceará, uma pesquisa semelhante, conduzida sob a chancela do Caen, revelou que, no intervalo de 1995 a 2006, a classe média quase dobrou, abrangendo três milhões de pessoas. Esses estudos têm conseqüências proveitosas na medida em que são empregados para melhorar os ganhos dos trabalhadores, refletindo no mercado interno e na circulação da riqueza.